



## DOS DEPUTADOS

a do Partido Socialismo e Liberdade

Apresentação: 03/07/2020 12:06 - Mesa

RIC n.758/2020

### REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_, DE 2020

(Da bancada do PSOL)

Solicita ao Ministro de Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, informações sobre o aumento do desmatamento na Amazônia, mesmo durante as operações das Forças Armadas, no âmbito da GLO, para combate ao crime ambiental na região.

Senhor Presidente,

Requeremos a V. Ex<sup>a</sup>., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, sobre o aumento do desmatamento na Amazônia durante as operações das Forças Armadas, no âmbito de Decreto que determinou a Garantia da Lei e da Ordem, para combate ao crime ambiental na região, no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos seguintes questionamentos.

Considerando que:

Em maio de 2020 o presidente Jair Bolsonaro autorizou o envio de mais tropas para combater focos de incêndio e desmatamento ilegal no Amazonas, Pará, Rondônia, Tocantins, Roraima, Acre, Amapá, Mato Grosso e Maranhão no escopo da *Operação Verde Brasil 2*, que é coordenada pela Vice-Presidência da República, em apoio aos órgãos de controle ambiental e de segurança pública<sup>1</sup>. Entretanto, apesar do reforço no uso das Forças Armadas para a Garantia da Lei e Ordem (GLO), em vigor desde agosto de 2019<sup>2</sup>, o índice de desmatamento

1 Disponível em: <https://g1.globo.com/pará/noticia/2020/06/12/em-um-mes-operacao-verde-brasil-2-apreendeu-mais-de-160-mil-m-de-madeira-e-aplicou-r-951-mil-em-multas.ghtml>

2 Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/23/bolsonaro-autoriza-uso-das-forcas-armadas-no-combate-a-queimadas-na-amazonia.ghtml>

Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RS),  
através do ponto p\_63337, nos termos de delegação regulamentada no Ato,  
da Mesa n. 25 de 2015.



\* c d 2 0 2 8 8 3 3 3 3 0 0 \*



## DOS DEPUTADOS

A da Partido Socialismo e Liberdade

PSOL NA  
CÂMARA

Apresentação: 03/07/2020 12:06 - Mesa

RIC n.758/2020

bateu seu maior recorde no mesmo mês da operação, com 829,9 km<sup>2</sup> devastados, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE.

Ainda, apesar do investimento governamental para enviar mais militares para a Amazônia chegar a R\$ 120 milhões por mês<sup>3</sup>, em junho foram divulgados os resultados da *Operação Verde Brasil 2* em que o próprio Vice-Presidente da República, Hamilton Mourão, admitiu que o desmatamento e as queimadas seguiram crescendo<sup>4</sup>.

São requeridas as seguintes informações:

- 1) Qual o órgão responsável pela lavratura de cada uma das multas contabilizada na *Operação Verde Brasil 2*?
- 2) Qual foi o órgão responsável pela lavratura de cada termo de apreensão e depósito (TEI) contabilizado na *Operação Verde Brasil 2*?
- 3) Qual foi o órgão responsável pela lavratura de cada termo de destruição de equipamento (trator/escavadeira/máquina agrícola) contabilizado na *Operação Verde Brasil 2*?
- 4) Foram realizados embargos na *Operação Verde Brasil 2* até <sup>a</sup> presente data? Quantos e quais? Qual foi o órgão responsável pela lavratura de cada termo de embargo?
- 5) Quantas e quais ações de campo/operações contabilizadas no âmbito da *Operação Verde Brasil 2* contaram com a participação de militares do Exército, Marinha ou Aeronáutica? Quantos militares participaram de cada uma delas?
- 6) Quantas e quais ações de campo/operações contabilizadas no âmbito da *Operação Verde Brasil 2* contaram com a participação de órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente? Quantos servidores desses órgãos participaram de cada uma delas?
- 7) Quantas e quais ações de campo/operações contabilizadas no âmbito da *Operação Verde Brasil 2* contaram com a participação da Polícia Rodoviária

3 Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/06/28/forcas-armadas-gastam-milhoes-atrapalhando-a-fiscalizacao-na-amazonia.htm>

4 Disponível em: <https://revistagloborural.globo.com/Noticias/Sustentabilidade/noticia/2020/06/mourao-admite-aumento-do-desmatamento-e-queimadas-no-brasil-e-diz-que-negacionismo-nao-leva-nada.html>

Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RS),  
através do ponto p\_63337, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,  
da Mesa n. 25 de 2015.



\* C 0 2 0 2 8 3 3 3 7 3 0 0 \*



## DOS DEPUTADOS

da do Partido Socialismo e Liberdade

Apresentação: 03/07/2020 12:06 - Mesa

RIC n.758/2020

- Federal? Quantos servidores da PRF participaram de cada uma delas?
- 8) Quantas e quais ações de campo/operações contabilizadas no âmbito da *Operação Verde Brasil 2* contaram com a participação da Polícia Federal? Quantos servidores da PF participaram de cada uma delas?
- 9) De acordo com matéria do Estado de São Paulo, o calendário do Inpe mede o desmatamento verificado entre agosto e julho do ano seguinte. As informações mais recentes divulgados pelo órgão - com dados atualizados até 18 junho, portanto, ainda parciais - mostram que já foram desmatados 7.115 km<sup>2</sup> de floresta na temporada agosto de 2019 a julho/2020, quase cinco vezes o tamanho da capital de São Paulo. Embora o ciclo ainda não tenha se fechado, faltando 43 dias para a contabilização final, ele já supera o verificado no ano passado, quando os alertas do Deter registraram 6.844 km<sup>2</sup><sup>5</sup>. Na opinião deste Ministério, o que justifica o recorde no índice de desmatamento contabilizado pelo INPE no mesmo mês em que esteve em campo a *Operação Verde Brasil 2*?
- 10) Houve treinamento dos militares para participação em operações de combate ao desmatamento? Que tipo de treinamento?
- 11) Qual a justificativa técnica para o Conselho da Amazonia não contar com nenhum fiscal ambiental do IBAMA?
- 12) De acordo com matéria do Portal UOL, em abril, no meio a uma operação desencadeada pelo Ibama em terras indígenas, dois coordenadores foram demitidos, o que foi interpretado como uma vitória por garimpeiros e madeireiros<sup>6</sup>. Qual a justificativa para demissão dos dois coordenadores?
- 13) Em todas as respostas, anexar notas técnicas, pareceres, memorandos, atas de reuniões, e-mails, despachos e qualquer outro documento relacionado ao tema.

## JUSTIFICAÇÃO

Em 2019, por meio do Decreto nº 9.985, de 23 de Agosto de 2019, foi autorizado o emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem e para

5 Disponível em: > <https://economia.estadao.com.br/noticias/agronegocios,pressionado-governo-prepara-carta-com-resposta-a-investidores-que-criticaram-desmatamento,70003351915>

6 Disponível em: > <https://noticias.uol.com.br/columnas/rubens-valente/2020/07/02/incendio-governo-bolsonaro-amazonia.htm>

Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RS),  
através do ponto p\_63337, nos termos de delegação regulamentada no Ato ,  
da Mesa n. 25 de 2015.





## DOS DEPUTADOS

da do Partido Socialismo e Liberdade

PSOL NA  
CÂMARA

ações subsidiárias, no período de 24 de agosto a 24 de outubro de 2019, nas áreas de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas dos Estados da Amazônia Legal que requererem ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais e levantamento e combate a focos de incêndio.

De acordo com matéria do jornal Folha de São Paulo de 28 de junho de 2020<sup>7</sup>, o Vice-Presidente Hamilton Mourão, responsável pela GLO, informou que pretende manter as tropas militares até pelo menos o fim do mandato presidencial. Com base nos gastos já realizados pelo governo, a operação proposta por Mourão poderá representar R\$ 1,7 bilhão aos cofres públicos. A ex-presidente do IBAMA, Suely Araújo, afirma na matéria que com R\$ 120 milhões daria para pagar os salários de mais 1.000 fiscais do IBAMA por um ano, sendo que hoje são 700 fiscais e orçamento de R\$ 77 milhões para todo o ano.

"Atabalhoada, inexperiente e até mal-intencionada". É assim que fiscais ambientais se referem à atuação das Forças Armadas desde que elas desembarcaram na Amazônia para conter o desmatamento, em maio. "A nossa impressão é que as Forças Armadas estão ali para inviabilizar o nosso trabalho. Ficam rodando a Amazônia e não fazem nada.", disse um dos fiscais.

A reportagem destaca que em uma Ação Civil Pública para avaliar o avanço do desmatamento na pandemia, o Ministério Público Federal sugere que as Forças Armadas criem mecanismos para conferir os resultados já obtidos a fim de melhorar sua atuação com o tempo. Na ação, o Ministério Público pede políticas públicas adicionais e calcula a devastação no mês em que os militares desembarcaram na Amazônia: "Os dados relativos ao avanço do desmatamento no mês de maio de 2020 confirmam ser necessária uma atuação do Estado Brasileiro que vá além da GLO e que se traduza efetivamente em redução dos ilícitos ambientais, sob pena de estar-se a implementar uma política pública custosa e pouco eficaz. Isso porque, em muitos pontos críticos, o desmatamento durante o mês de maio não cedeu e, ao contrário, até aumentou", diz a ação.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2020/06/28/forcas-armadas-gastam-milhoes-atrapalhando-a-fiscalizacao-na-amazonia.htm>



\* C 0 2 0 2 8 8 3 3 3 7 3 0 0 \*



## DOS DEPUTADOS

Da do Partido Socialismo e Liberdade

Diante desses fatos, com a urgência que se faz necessária, requeremos que sejam solicitadas ao Ministro do Meio Ambiente, Sr. Ricardo Salles, as informações aqui solicitadas.

Sala das Sessões, de julho de 2020.

Apresentação: 03/07/2020 12:06 - Mesa

RIC n.758/2020

**Fernanda Melchionna**  
**Líder do PSOL**

**Edmilson Rodrigues**  
**PSOL/PA**

**Marcelo Freixo**  
**PSOL/RJ**

**Sâmia Bomfim**  
**PSOL/SP**

**Áurea Carolina**  
**PSOL/MG**

**David Miranda**  
**PSOL/RJ**

**Glauber Braga**  
**PSOL/RJ**

**Ivan Valente**  
**PSOL/SP**

**Luiza Erundina**  
**PSOL/SP**

**Talíria Petrone**  
**PSOL/RJ**

Chancela eletrônica do(a) Dep Fernanda Melchionna (PSOL/RS),  
através do ponto p\_63337, nos termos de delegação regulamentada no Ato,  
da Mesa n. 25 de 2015.

